



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÕES EFETUADAS EM 2015-01-22

DELIBERAÇÃO

⇒ **Voto n.º 246/XII/4.ª**, apresentado pelo PPD/PSD, PS e CDS-PP, voto de Condenação pela violência e massacres realizados pelo grupo terrorista Boko Haram;

Aprovado por unanimidade

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Proposta de Lei n.º 275/XII/4.ª (GOV)** - Aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional;

Favor – PPD/PSD e CDS-PP

Contra – PCP, BE e PEV

Abstenção – PS

Baixa à 6.ª Comissão

DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1222/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 174/2014, de 5 de dezembro, que “Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris, S.A.)” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 127/XII/4ª (PS)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1225/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 174/2014, de 5 de dezembro, que “Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris, S.A.)” [relativo às **Apreciações Parlamentares n.ºs 125/XII/4.ª (PCP) e 127/XII/4.ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1227/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 174/2014, de 5 de dezembro, que “Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris, S.A.)” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 125/XII/4.ª (PCP)**];

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitados



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1223/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, que “Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, abrangidos pela respetiva área correspondente ao nível III da Nomenclatura para Fins Territoriais e Estatísticos (NUTS), sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML, E.P.E.)” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 128/XII/4ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1226/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, que “Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, abrangidos pela respetiva área correspondente ao nível III da Nomenclatura para Fins Territoriais e Estatísticos (NUTS), sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML, E.P.E.)” [relativo às **Apreciações Parlamentares n.ºs 126/XII/4.ª (PCP) e 128/XII/4ª (PS)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1228/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, que “Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, abrangidos pela respetiva área correspondente ao nível III da Nomenclatura para Fins Territoriais e Estatísticos (NUTS), sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML, E.P.E.)” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 126/XII/4ª (PCP)**];

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Rejeitados

Abstenção –

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1224/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 181-A/2014, de 24 de dezembro, que "Aprova o processo de reprivatização indireta do capital social da TAP, Transportes Aéreos Portugueses, S. A." [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 129/XII/4ª (PCP)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1229/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 181-A/2014, de 24 de dezembro, que "Aprova o processo de reprivatização indireta do capital social da TAP, Transportes Aéreos Portugueses, S. A." [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 129/XII/4ª (PCP)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1221/XII/4.ª (PS)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 181-A/2014, de 24 de dezembro, que "Aprova o processo de reprivatização indireta do capital social da TAP, Transportes Aéreos Portugueses, S. A." [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 130/XII/4ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1230/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 181-A/2014, de 24 de dezembro, que "Aprova o processo de reprivatização indireta do capital social da TAP, Transportes Aéreos Portugueses, S. A." [relativo às **Apreciações Parlamentares n.ºs 129/XII/4ª (PCP) e 130/XII/4ª (PS)**];

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitados

VOTACÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Projeto de Lei n.º 655/XII/4.ª (BE)** - Altera o Código do Registo Civil, tendo em conta a procriação medicamente assistida, a adoção e o apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo;

Favor – 6 Deputados do PPD/PSD, 62 Deputados do PS, PCP, BE e PEV

Contra – 93 Deputados do PPD/PSD, CDS-PP e 3 Deputados do PS

Abstenção – 6 Deputados do PPD/PSD e 4 Deputados do PS

Rejeitado



VOTACÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Projeto de Lei n.º 656/XII/4.ª (BE)** - Eliminação da impossibilidade legal de adoção por casais do mesmo sexo, primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio e segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio;

Favor – 5 Deputados do PPD/PSD, 62 Deputados do PS, PCP, BE e PEV

Contra – 92 Deputados do PPD/PSD, CDS-PP e 3 Deputados do PS

Rejeitado

Abstenção – 8 Deputados do PPD/PSD e 4 Deputados do PS

⇒ **Projeto de Lei n.º 753/XII/4.ª (PS)** - Elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, e à primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio;

Favor – 7 Deputados do PPD/PSD, 62 Deputados do PS, PCP, BE e PEV

Contra – 92 Deputados do PPD/PSD, CDS-PP e 3 Deputados do PS

Rejeitado

Abstenção – 6 Deputados do PPD/PSD e 4 Deputados do PS

⇒ **Projeto de Lei n.º 754/XII/4.ª (PEV)** - Alarga as Famílias com Capacidade de Adoção, alterando a Lei n.º 9/2010, de 31 de maio, e a Lei 7/2001, de 11 de maio;

Favor – 7 Deputados do PPD/PSD, 62 Deputados do PS, PCP, BE e PEV

Contra – 93 Deputados do PPD/PSD, CDS-PP e 3 Deputados do PS

Rejeitado

Abstenção – 5 Deputados do PPD/PSD e 4 Deputados do PS



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1218/XII/3.ª (PCP)** – Recomenda ao Governo a reversão do processo de subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a sua reintegração no setor empresarial do Estado bem como a defesa dos postos de trabalho;

Favor – PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD, PS e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1219/XII/3.ª (PEV)** – Regresso dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo ao sector público;

Favor – PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD, PS e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Proposta de Lei n.º 269/XII/2.ª (GOV)** - Aprova a Lei de Programação das Infraestruturas Militares;

Favor – PPD/PSD, PS e CDS-PP

Contra – PCP, BE e PEV

Aprovada

Abstenção –

Baixa à 3.ª Comissão



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Proposta de Lei n.º 270/XII/2.ª (GOV)** - Aprova a Lei de Programação Militar;

Favor – PPD/PSD, PS e CDS-PP

Contra – PCP, BE e PEV

Abstenção –

Aprovada

Baixa à 3.ª Comissão

DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1187/XII/3.ª (BE)** – Preservação do serviço de ISBN;

Favor – PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção – PS

Rejeitado



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública** relativo à **Proposta de Lei n.º 264/XII/4.ª (GOV)** - Transpõe as Diretivas n.ºs 2014/49/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa aos sistemas de garantia de depósitos, e a 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Lei Orgânica do Banco de Portugal, o Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de novembro, o Código dos Valores Mobiliários, o Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de outubro, e a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro.

Favor – PPD/PSD e CDS-PP

Contra – PCP, BE e PEV

Abstenção – PS

Aprovado